

Simon e Marina: prisão de Arruda fortalece democracia



Prisão do governador do Distrito Federal repercutiu no Plenário do Senado

Segundo os senadores Pedro Simon e Marina Silva, a prisão de José Roberto Arruda por tentativa de suborno e

obstrução dos trabalhos da Justiça marca “dia histórico” e sinaliza à sociedade que ninguém está acima da lei. **4**

Adelmir Santana critica pedido de intervenção no DF



O senador Adelmir Santana manifestou-se contra o pedido de intervenção no Distrito Federal feito pelo Ministério Público. Para ele, a aprovação dessa medida significaria “tolher as liberdades, cassar a vontade dos eleitores de Brasília”. **4**

Rosalba quer reduzir exposição de mulheres à violência

Rosalba Ciarlini propõe prisão para autoridade policial que não tomar pro-

vidências legais em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. **3**

Medida provisória contra a gripe suína tranca pauta do Senado

Primeiro item da pauta do Senado, a Medida Provisória (MP) 469/09 destinou recursos à

prevenção e ao combate da gripe suína e tranca as votações desde 20 de novembro de 2009. **3**



MP de socorro a países recebe emendas até hoje

Remessa de 260 mil toneladas de alimentos beneficia Haiti, El Salvador, Guatemala, Bolívia, Zimbábue, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste, São Tomé e Príncipe e Palestina



O Haiti é um dos destinos dos alimentos cuja distribuição será feita pela Conab, a partir de todos os portos brasileiros

A Medida Provisória (MP) 481/10 – que autoriza o governo brasileiro a doar até 260 mil toneladas de alimentos a 12 países pobres ou que enfrentam catástrofes naturais ou sociais – chegou

ao Congresso na última quinta e pode ser modificada pelos parlamentares até hoje. As doações incluem 100 mil toneladas de feijão, 100 mil de milho, 50 mil de arroz e 10 mil de leite em pó, que sairão dos estoques do governo. **3**

Comissão debate descriminalização do aborto **2**

Senador Papaléo Paes considerou que proposta do Plano Nacional de Direitos Humanos de legalização do aborto precisa ser discutida com ministros, religiosos e médicos



Movimento da Cidadania realiza marcha contra o aborto em 2008: tema costuma gerar polêmica dentro e fora do Senado

Descriminalização do aborto será debatida pela CAS

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) deverá promover audiência pública para debater a descriminalização do aborto, como prevê o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), criado pelo Decreto-lei 7.037, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 21 de dezembro passado.

O pedido para o debate, feito na reunião da comissão da última quarta-feira, foi encabeçado pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP). Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Augusto Botelho (PT-RR) apoiaram a iniciativa.

A CAS ainda não marcou a data para a audiência, mas decidiu que serão convidados o



Papaléo Paes avalia que diretriz do PNDH-3 deve ser mais bem analisada

ministro da Saúde, José Gomes Temporão; a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; o pre-

sidente da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), Nilson Roberto de Melo; e representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Federação das Igrejas Evangélicas do Brasil.

No requerimento, Papaléo Paes afirma que o Senado tem de debater "a conveniência e a oportunidade" para a sociedade da descriminalização do aborto.

Na Diretriz 9 do documento, existe a orientação de "apoiar a aprovação do projeto que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos".

Acir Gurgacz quer transferir terras da União para Rondônia

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) apresentou projeto de lei (PLS 24/10) que transfere para Rondônia as terras pertencentes à União situadas no estado. Com a proposta, Gurgacz quer dar ao estado o que já foi concedido aos ex-territórios de Roraima e do Amapá. A proposta terá decisão terminativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde poderá receber emendas.

Conforme o projeto, as terras transferidas "deverão ser preferencialmente utilizadas em atividades agrícolas diversificadas, de conservação ambiental e de

envolvimento sustentável, de assentamento, de colonização e de regularização fundiária".

Acir Gurgacz lembra que o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 7/09, que pretendia transferir ao estado de Roraima terras pertencentes à União, recebeu no Senado emendas estendendo seus efeitos ao estado do Amapá.

O senador argumenta que, na proposta, esqueceu-se de Rondônia, também ex-território federal, transformado em estado em 1981. Ele afirma que deve haver isonomia entre os três e cita, como argumento, o



Acir Gurgacz cobra isonomia entre Rondônia e outros ex-territórios

artigo 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, segundo o qual "aplicam-se à transformação e instalação dos estados de Roraima e Amapá as normas e critérios seguidos na criação do estado de Rondônia".

Mozarildo cobra plano de desenvolvimento para Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a pedir ao governo federal mais atenção para a Amazônia, em especial para o estado de Roraima, que estaria sendo "maltratado pelo governo".

– É preciso apresentar uma proposta de plano de desenvolvimento para a Amazônia como um todo. Meu estado está vivendo um período muito ruim – afirmou.

Esse plano, segundo Mozarildo, deve incluir o zoneamento econômico-ecológico da região, com investimentos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

Marina Silva (PV-AC) discordou da afirmação de Mozarildo de que nunca houve prioridade do governo federal para a Amazônia. Ex-ministra do Meio Ambiente, ela garantiu que



Para Mozarildo, Roraima passa por um momento difícil e exige atenção

prioridade houve, mas "sem o devido cuidado". Já Adelmir Santana (DEM-DF) observou que a região merece um estudo aprofundado por parte de intelectuais e cientistas.

– Temos que preservar a Amazônia, sim. Mas primeiro é preciso compreendê-la para saber como fazer essa preservação.

Correção

Ao contrário do que publicou o **Jornal do Senado** na última quinta-feira, o auditor fiscal do trabalho já está entre as categorias que têm direito ao porte de arma de fogo, de acordo com a Lei 11.501/07. O profissional é considerado um agente público exposto a explosão de violência no atendimento ao cidadão, assim como pretende determinar o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/07 a respeito de outras categorias, como o perito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o defensor público e o oficial de justiça.

O objetivo da proposta é permitir que tais servidores possam se defender de eventual ataque no exercício

da profissão. O projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e será examinado agora pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O relator do PLC 30/07, Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresentou voto favorável por entender que, permitindo o uso de arma de fogo a esses agentes públicos, o Estado oferecerá apoio à integridade física de servidores que agem em seu nome. O senador considerou adequado manter a categoria de auditor fiscal do trabalho entre as beneficiadas, como propôs o projeto original. Segundo Jereissati, isso em nada prejudica a previsão legal já consolidada.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Três MPs e um projeto trancam pauta

Às 14h, Plenário delibera sobre três medidas provisórias que trancam as votações: duas MPs (469/09 e 470/09) destinam recursos para ministérios e para a Caixa. Já a MP 471/09 concede incentivo fiscal às montadoras instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O PLC 280/09, que exige formação de nível superior para professores da educação básica, também tranca a pauta.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Pedro Simon • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Edson de Almeida, Flávio Faria, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Projeto pune policial que se omitir nos casos de violência doméstica

A autoridade policial que não tomar as medidas legais no caso de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher pode ser detida de seis meses a dois anos. A medida é prevista em projeto de lei (PLS 14/10) da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A mesma pena se aplicaria à autoridade que deixar de tomar providências diante de riscos à integridade física da mulher.

Rosalba Ciarlini explica que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) impõe à autoridade policial certas providências legais que devem ser executadas com a finalidade de proteger a mulher ameaçada de sofrer ou que já tenha sofrido violência doméstica. O problema, diz a senadora, é que não fixa um prazo, permitindo que a vítima acabe sofrendo novos ataques, "muitas vezes de forma fatal", como ocorreu há menos de um mês, em Belo Horizonte.

A parlamentar considera necessário punir a autoridade que, uma vez conhecedora da violência ou da ameaça, não cumpre seu dever. Para ela, a proposta significa

"avanço importante para a prevenção e repressão da violência doméstica contra a mulher". O PLS 14/10 está em fase de recebimento de emendas na CCJ, onde terá decisão terminativa.



Rosalba: falta de prazo expõe mulheres ao risco

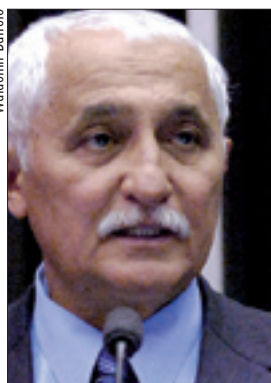
Proposta assegura escola em local especial a alunos com deficiência

Os alunos cuja deficiência os impede de frequentar estabelecimentos de ensino poderão ter acesso escolar garantido por lei. Projeto (PLS 22/10) nesse sentido tramita nas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), nesta em decisão terminativa.

O autor, Augusto Botelho (PT-RR), pretende garantir o acesso escolar determinando o atendimento educacional em local especial. A impossibilidade de frequência a estabelecimento de ensino deve ser devidamente atestada.

Augusto destaca que o atendimento preferencial nas escolas regulares representa uma diretriz da pedagogia contemporânea que busca promover a integração das pessoas com deficiência.

"A legislação assegura o tratamento em instituições especializadas, se não for possível a integração. Ocorre que a deficiência pode impedir que o estudante se desloque para as escolas especiais, o que cercearia seu acesso à educação. Essas normas não asseguram atendimento às pessoas deficientes que não podem se deslocar para uma escola, seja de ensino regular, seja de educação especial, e não se encontram internadas em instituições hospitalares ou congêneres", justifica o senador.



Augusto Botelho amplia atendimento preferencial

260 mil toneladas de feijão, milho, arroz e leite em pó serão enviadas a países pobres ou vítimas de catástrofes



Atingido no mês passado por um grande terremoto, Haiti é um dos países beneficiados pela medida provisória, assim como outras 11 localidades

MP que doa alimentos a países pobres pode receber emendas até esta quarta

SENADORES E DEPUTADOS têm prazo até esta quarta-feira para apresentar emendas à Medida Provisória 481/10, que autoriza o governo brasileiro a doar até 260 mil toneladas de alimentos a 12 países pobres ou que enfrentam os efeitos de catástrofes naturais ou sociais.

A MP, que chegou ao Congresso na quinta-feira, beneficia Haiti, El Salvador, Guatemala, Bolívia, Zimbábue, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e os

territórios ocupados da Palestina.

Serão doadas até 100 mil toneladas de feijão, 100 mil de milho (ou equivalente industrializado, como fubá), 50 mil de arroz e até 10 mil de leite em pó. Os alimentos sairão dos estoques da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), órgão governamental que faz compras de alimentos e que executa a política de preços mínimos.

Os alimentos serão colocados nos principais portos do país para embarque às

nações beneficiadas.

O Ministério das Relações Exteriores definirá as quantias para cada localidade depois de ouvir os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. A MP autoriza o Itamaraty a incluir na lista outros países que estejam enfrentando calamidades.

A votação deverá ser feita pela Câmara e pelo Senado até 11 de abril. Caso isso não ocorra, ela passará a trancar a pauta das duas Casas até que seja examinada.



Doença levou população mundial a utilizar máscaras descartáveis, como no México: material foi uma das compras feitas com os R\$ 2,168 bi liberados

Senadores votam verbas para prevenção e combate à gripe suína

O Senado marcou sessão deliberativa para hoje, às 14h, tendo como primeiro item da pauta a Medida Provisória (MP) 469/09, que abre crédito extraordinário aos ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de R\$ 2,168 bilhões. Os recursos são destinados à prevenção e ao combate da gripe suína (influenza A H1N1). A MP está trancando a pauta desde 20 de novembro de 2009 e tem prioridade para votação.

Do total de recursos, R\$ 2,163 bilhões foram para o Ministério da Saúde e os demais R\$ 5 milhões para órgãos vinculados ao Ministério dos Transportes. Na exposição de motivos da MP, assinada pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o Executivo alega que a alocação de recursos foi necessária para fazer frente à situação de emergência da saúde pública e ao aumento dos contágios e das mortes devido à gripe suína.

Com tais recursos, segundo o governo, foram comprados equipamentos de informática e similares para divulgação das medidas de combate à doença, bem como materiais de proteção individual, que incluem luvas cirúrgicas, álcool gel e máscaras descartáveis. O dinheiro serviu também para a capacitação de servidores no combate à epidemia.

No Fundo Nacional de Saúde (FNS), os recursos viabilizaram a aquisição de vacina, compra, produção e distribuição de medicamentos, além da ampliação do número de leitos de UTI, adequação de laboratórios e aquisição de equipamentos de proteção individual. Na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), as verbas serviram para fortalecer o controle de portos, aeroportos e fronteiras.

Crédito

Também trancam a pauta do Plenário

dois projetos e outra MP, todos com prioridade de votação sobre as demais propostas. O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/09, proveniente da MP 470/09 – segundo item da pauta –, autoriza a União a conceder crédito de até R\$ 6 bilhões à Caixa Econômica Federal e de R\$ 1 bilhão ao Banco do Nordeste do Brasil S/A.

Já a MP 471/09 concede incentivo fiscal às montadoras e fabricantes de veículos instalados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O outro item que passa a obstruir os trabalhos do Plenário a partir de hoje é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 280/09, proposto pelo presidente da República, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para obrigar a formação de nível superior de professores da educação básica – educação infantil, ensino fundamental e médio.

Senador diz que decisão do STJ mostra à sociedade que político também pode ir para a cadeia. Agora, diz ele, só falta banqueiro também ficar preso

Para Simon, prisão de Arruda fez "dia histórico"

A DECISÃO DO Superior Tribunal de Justiça (STJ) de determinar a prisão preventiva do governador José Roberto Arruda, por tentativa de obstrução dos trabalhos da Justiça, fez da última quinta-feira "um dia histórico", na avaliação de Pedro Simon (PMDB-RS).

Para o senador, 2010 poderá ser considerado o ano em que o Brasil, pela primeira vez, adotou um ato contra a impunidade. Esse fato, disse, tem ainda maior amplitude por ter sido na mesma data de comemoração dos 20 anos da libertação do ex-presidente sul-africano Nelson Mandela.

Para o senador, a decisão "feliz e correta" do juiz relator da Operação Caixa de Pandora, Fernando Gonçalves, não representa o julgamento antecipado de Arruda e nem a eliminação do seu direito de defesa, mas a garantia de isenção para a apuração e o julgamento dos fatos. Foi um ato inédito, avaliou ainda o senador.

– Nós só queremos que isso seja feito com isenção. Nós só queremos mostrar à sociedade brasileira que político também pode ir para a cadeia. Banqueiro ainda não. Porque o presidente do Supremo [Tribunal Federal] já soltou duas vezes, mas político pode – afirmou.

Simon disse não estar feliz com a prisão do governador licenciado do DF e ressaltou até ter rezado por ele, não para que



J. Freitas

Pedro Simon afirma ter rezado por Arruda, mas não para que ele fosse solto

seja solto, mas para que tenha a capacidade de suportar o que aconteceu. Para Simon, o período que deverá passar na prisão será bom para Arruda e para a sociedade brasileira.

Segundo o senador, a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o assunto foi sincera, mas não foi feliz.

– O presidente Lula disse que não é bom para a democracia, não é bom um governador ser preso. E lamenta. Eu acho que não é bom para a democracia um governador ser preso. Mas não lamento. O que não é bom para a democracia é a corrupção existir plenamente e o Brasil ser o país da impunidade – assinalou.

Constituinte

Simon defendeu também a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusivamente para deliberar sobre questões

como ética na política, a situação dos partidos e o financiamento público de campanha, cujos integrantes ficariam proibidos de participar de campanhas políticas por dez anos, como forma de assegurar a isenção das decisões. Ele afirmou que até renunciaria ao mandato de senador para participar dessa constituinte.

O senador também destacou ser de responsabilidade do Congresso Nacional a alteração do Código de Processo Penal, para extinguir os dispositivos protelatórios do processo judicial, que acabam por beneficiar políticos corruptos.

Conforme Simon, políticos acusados de irregularidades sempre escolhem advogados competentes, não para que os ajudem a ser absolvidos, mas para encontrar meios de levar à prescrição do caso por decurso de prazo.

Em 2001, escândalo do painel eletrônico custou o mandato

Engenheiro eletricitista, mineiro de Itajubá, José Roberto Arruda, 55 anos, era diretor da Companhia Energética de Brasília quando, com a ajuda do ex-governador e ex-senador Joaquim Roriz, ingressou na política.

Nomeado secretário de Obras, deu início à construção do metrô de Brasília no mandato de Roriz, ao fim do qual, em 1994, elegeu-se senador pelo PP com o apoio de Roriz (veja o infográfico).

Logo no início do mandato, filiou-se ao PSDB, partido do

então presidente Fernando Henrique Cardoso, e chegou a líder do governo no Congresso Nacional.

Em 2001, acusado de envolvimento na violação do painel eletrônico do Senado, de início negou, chegou a chorar na tribuna, mas depois confessou, pediu perdão e renunciou.

Retornou à política na eleição seguinte (2002), com a maior votação proporcional dada a um deputado federal na história do país, o que o credenciou a conquistar o governo quatro anos depois.

Ascensão e queda

Engenheiro e funcionário público, Arruda entrou na política com a ajuda do ex-governador e ex-senador Joaquim Roriz

José Roberto Arruda
Carreira política marcada por dois escândalos

1994	Eleito para o Senado pelo PP
1995	Ingressa no PSDB
2001	Renuncia ao Senado
2002	Eleito deputado federal pelo PFL
2006	Eleito governador do DF pelo DEM

Foto: Leopoldo Silva

Marina: falta de transparência leva à corrupção

A senadora Marina Silva (PV-AC) disse, na última sexta-feira, que considerava justa, mas não se regozijava com a prisão do governador José Roberto Arruda, do Distrito Federal, ocorrida no dia anterior por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Para ela, o acontecido deixa tristes os que acreditam na política como contribuição para a resolução de problemas do país, mas também traz outros ensinamentos: a necessidade de o ser humano se autovigiar para evitar cair nas tentações e de as instituições serem transparentes, para que possam ser objetivamente controladas pela sociedade.

– Quando nós não temos processos que nos levem à transparência, ao acompanhamento, ao controle social, a corrupção consegue um maior espaço e um maior desenvolvimento. O que mais atrapalha a gestão pública é a falta dessa transparência, que leva ao desvio de dinheiro – explicou Marina.

Para ela, a prisão do próprio governador Arruda acaba manchando todo o trabalho que se fez no DF, inclusive na área da educação.

Marina lembrou que a Justiça serve para não deixar na sociedade a sensação da impunidade, principalmente porque o governador faz parte do grupo deno-



José Cruz

Marina diz que corrupção é sombra que acompanha a história brasileira

minado de "colarinho branco". Se não há punição, a corrupção pode deteriorar as estruturas de uma sociedade, acrescentou.

– A corrupção é um fenômeno que acompanha, como uma sombra, a história brasileira – lamentou a senadora, defendendo um contínuo de esclarecimento sobre a necessidade de combate da corrupção na política. Como um primeiro passo, ela defendeu a mudança nas regras dos financiamentos de campanha.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou o tema abordado por Marina Silva, acrescentando que algumas pesquisas demonstram que a própria sociedade não acredita ser possível fazer política sem corrupção.

Mão Santa (PSC-PI) elogiou o discurso da senadora e avaliou que fatos como o ocorrido em Brasília são também uma mostra do quanto a República ainda é jovem.

Adelmir vê risco à autonomia política

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) criticou uma possível intervenção federal no Distrito Federal, alegando que não existe alternativa para o GDF que não o respeito à linha sucessória. Para ele, intervenção significa desrespeitar o eleitor brasiliense, que teve de lutar muito para conquistar o direito ao voto.

– A intervenção significará, mais uma vez, tolher as liberdades, cassar a vontade dos eleitores de Brasília e acabar com uma conquista histórica. Temos um vice-governador eleito legitimamente, preparado para assumir o governo e não podemos desrespeitar os princípios constitucionais – afirmou Adelmir.

Preocupado com os reflexos que uma intervenção poderia ter para a capital, Adelmir cobrou o apoio de todos os moradores da cidade em defesa de uma Brasília responsável. "O compromisso que a sociedade brasiliense tem com a sua autonomia política faz que pensemos e reflitamos sobre essa questão", disse.

O senador falou da tristeza que é, "para todos os brasileiros", assistir à prisão de um governador eleito, mas cobrou que as investigações continuem. E lembrou que, desde o início, defendeu que o partido excluísse os envolvidos nas denúncias.



Márcio Kallme

Adelmir: intervenção significa tolher as liberdades

Intervenção impede mudança constitucional

Uma possível intervenção do Executivo no governo do Distrito Federal deverá significar a suspensão da promulgação de todas as propostas de emenda à Constituição (PECs) em análise no Legislativo. O artigo 60 da Carta Magna determina, em seu inciso terceiro, parágrafo único, que a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

Desde a noite da última quinta-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisa pedido do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, de intervenção federal no governo do DF. No pedido, o procurador pede ao STF que coloque toda a linha sucessória do atual governo sob suspeição, ou seja, o governador José Roberto Arruda, o vice-governador Paulo Octávio e o presidente da Câmara Legislativa, Wilson Lima. Apenas o Judiciário local foi poupado.

O presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, assinou despacho para que o governo do DF, em cinco dias, se defenda do pedido de intervenção, prazo que se esgota após o carnaval. Somente depois de receber os argumentos da defesa, o ministro se pronunciará sobre o pedido de intervenção.

Ele o fará numa reunião plenária em que todos os ministros do STF decidirão se acatam o pedido do Ministério Público. Caso seja aceito, o STF pedirá ao presidente da República que faça a intervenção. Caberá a Luiz Inácio Lula da Silva nomear, então, um interventor para administrar o DF.

Em 24 horas, o nome escolhido pelo Executivo terá que ser submetido ao Congresso Nacional, a fim de que o ratifique ou não. Se ratificado, devem ser estabelecidos, em um decreto de intervenção, as condições, o prazo e todas as regras de administração que passam para o controle da União.